

Boletim Econômico

SINMETAL

Vol. 25 – 07/2006



A evolução etária da população do País exigirá redirecionamento das políticas sociais.

Com a redução da taxa de natalidade, espera-se um aumento da população em idade ativa e de idosos. O aumento dos postos de trabalho e melhor estrutura assistencial serão imprescindíveis.

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas, o controle de natalidade e a educação sexual são fundamentais para combater a pobreza nos países em desenvolvimento. O trabalho sugere que há uma ligação direta entre demografia e crescimento econômico.

De acordo com o estudo, os países que apresentaram taxas decrescentes de natalidade nas últimas décadas ampliaram seu crescimento econômico. A ONU acredita que os países que derrubaram suas taxas de natalidade conseguiram ampliar sua produtividade, a poupança interna e os investimentos produtivos.

No caso brasileiro, a queda constante da natalidade seria responsável por um crescimento médio anual de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País desde a década de 70.

Os dados usados pela ONU mostram que o Brasil tem atualmente uma taxa de natalidade de 2,15 filhos por mulher - a taxa de estabilidade populacional é de 2,10 filhos por mulher, enquanto que a média da América Latina é de 2,5.

No entanto, quando se analisa a taxa de fecundidade por regiões brasileiras, a desigualdade chama a atenção. As regiões Norte e Nordeste apresentam uma taxa de fecundidade superior à média brasileira.

Ao analisar os dados, observou-se uma relação direta entre a pobreza e a natalidade. Regiões onde as intensidades de pobreza e

indigência são maiores apresentam menores taxas de alfabetização e maiores taxas de fecundidade. Esta relação comprova a necessidade de ampliar a educação como forma de controle da natalidade.

Na região sul do País, a taxa de fecundidade é a segunda menor, enquanto o nível de alfabetização é o maior e as intensidades de pobreza e indigência são as menores.

O estado que apresenta a menor taxa de fecundidade é o Distrito Federal. Possui também a maior renda *per capita* do Brasil, o menor índice de analfabetismo, o mais baixo grau de indigência e o maior número de médicos por habitantes. Apesar de possuir características distintas dos demais estados, o controle de natalidade facilita a ampliação dos indicadores econômicos e sociais.

No outro extremo, encontra-se o Amapá, com a maior taxa de fecundidade entre todos os estados brasileiros. Sua taxa de analfabetismo está acima da média do País e os indicadores sociais estão entre os piores. Vale acrescentar que todos os estados do norte estão entre os de maior taxa de natalidade.

Já o Rio Grande do Sul possui uma das menores taxas de fecundidade do País, o que, provavelmente, é reflexo do elevado nível de alfabetização do estado, que perde apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Os indicadores de desenvolvimento econômico e social também apresentam desempenho satisfatório, estando entre os melhores do Brasil.

Desta forma, um maior nível de bem estar para a população passa pelo controle da natalidade, principalmente entre as classes mais pobres, haja vista que o crescimento destas ocorre em ritmo mais elevado que nas classes mais ricas. A ampliação de programas educacionais torna-se uma ferramenta importante para tanto!